



CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Promulgada em 05 de outubro de 1988



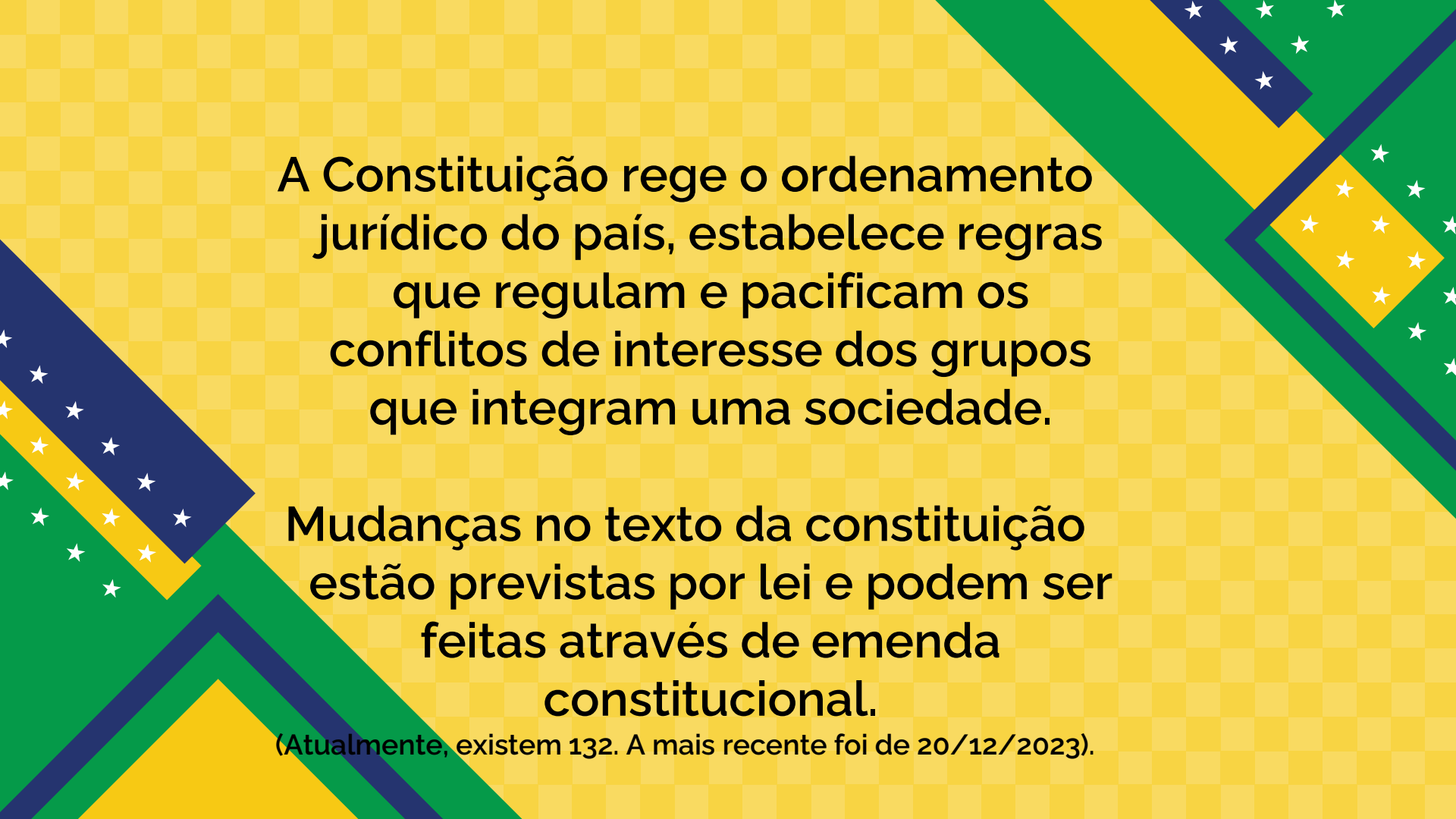
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 foi a consolidação da transição do regime autoritário, que foi a ditadura militar (1964 – 1985), para a democracia, que é a Nova República em que vivemos atualmente. Ela foi elaborada por uma Assembleia Constituinte de 559 parlamentares com variedade de crenças políticas.



Estrutura

- ★ Título I - Princípios Fundamentais
- ★ Título II - Direitos e Garantias Fundamentais
- ★ Título III - Organização do Estado
- ★ Título IV - Organização dos Poderes
- ★ Título V - Defesa do Estado e das Instituições
- ★ Título VI - Tributação e Orçamento
- ★ Título VII - Ordem Econômica e Financeira
- ★ Título VIII - Ordem Social
- ★ Título IX - Disposições Gerais



A Constituição rege o ordenamento jurídico do país, estabelece regras que regulam e pacificam os conflitos de interesse dos grupos que integram uma sociedade.

Mudanças no texto da constituição estão previstas por lei e podem ser feitas através de emenda constitucional.

(Atualmente, existem 132. A mais recente foi de 20/12/2023).

O que são as cláusulas pétreas?

- O Sistema Federativo do Estado;
- O voto direto, secreto, universal e periódico;
- A separação dos poderes;
- Os direitos e as garantias individuais.



Principais Características

01 Direitos Trabalhistas

02 Direitos Humanos

03 População Indígena

Determinou que os indígenas teriam a posse das terras que ocupavam bem como aquelas que eles tradicionalmente ocupavam.

04 Quilombolas

Reconheceu o direito de posse às terras ocupadas por remanescentes de quilombos.

Direitos Trabalhistas



O abono de indenização de 40% do FGTS na demissão e o seguro-desemprego



Licença maternidade de 120 dias e licença paternidade de 5 dias



O abono de férias e o 13º salário para aposentados



Direito à greve



Jornada semanal de 44 horas, quando antes era de 48 horas



Liberdade sindical

Direitos Humanos



Eleições diretas e universais
com dois turnos;



Voto facultativo aos jovens
entre 16 e 18 anos



Direito ao voto para os
analfabetos



Liberdade de expressão



Proibição da tortura



Igualdade de gêneros



Fomento ao trabalho
feminino



Fim da censura dos meios
de comunicação

A prática do racismo passou a ser crime inafiançável

TODOS SÃO IGUAIS

perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,



garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros
residentes no País a inviolabilidade do direito à vida,
à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade

(Art 5º da Constituição Federal)



Entidade familiar



A princípio, a Constituição de 1988 reconhece como família a união estável entre homem e mulher.

Entretanto, recentemente, o **STF (Supremo Tribunal Federal)** reconheceu a **união homoafetiva como conceito de entidade familiar**, o que garante os mesmos direitos previstos na Constituição aos casais do mesmo sexo.